

ANEXO III - PROGRAMA DE CONTEÚDOS E REFERÊNCIAS**RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DO HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (HECI) – 2018****LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de textos. Variação linguística: diversidade de usos da língua. Discursos direto, indireto e indireto livre. Coerência e coesão textuais. Estratégias argumentativas. Processos de formação de palavras. Classes de palavras: identificação, flexão e emprego de substantivos, artigos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, interjeições, preposições e conjunções. Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos. Verbo: flexão, conjugação, correlação dos modos e tempos verbais, vozes. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo da crase. Usos da pontuação. Ortografia oficial. Acentuação gráfica.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- COSTA, Sérgio Roberto. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo; De acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- EMEDIATO, Wander. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FERNANDES, Francisco. Dicionário de verbos e regimes. 39. ed. Porto Alegre: Globo, 2002.
- FIORIN, José Luiz. Lições de texto, leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- SILVA, Maurício. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

SAÚDE PÚBLICA**Sistema Único de Saúde**

História do sistema de saúde no Brasil. Reforma Sanitária Brasileira. A saúde na Constituição Federal do Brasil. Concepção do Sistema Único de Saúde (SUS). Debate sobre Sistema Único de Saúde. A Lei Orgânica da Saúde. Modelos técnico-assistências no SUS. Controle social.

Estratégia de Saúde da Família

Produção social da saúde. Princípios da ESF. Linhas do cuidado. Trabalho em equipe. Corresponsabilidade entre profissionais e famílias assistidas. Intersetorialidade das ações.

Abordagem de conceitos relacionados à saúde da família e comunidade

Cadastramento. Território e comunidade adscrita. Saúde e meio ambiente – bases conceituais. Atenção primária ambiental. Gerenciamento de riscos ambientais. Controle Social em Saúde: ação intersetorial e participação social como pilar dos municípios saudáveis.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. SUS: o que você precisa saber. São Paulo: Atheneu, 2006.
- BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21. 11. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 2009.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO – RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL 2018

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial da União. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990 e atualizações.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em:

<<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pnab>>.

FREITAS, C. M. de; PORTO, M. F. Saúde, ambiente e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MCWHINNEY, I. R.; FREEMAN, T. Manual de medicina de família e comunidade. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PAULMAN, P. M.; PAULMAN, A. A.; HARRISON, J. D. Taylor manual de saúde da família. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

RODRIGUES, P. H. de A.; SANTOS, I. S. Saúde e cidadania: uma visão histórica e comparada do SUS. São Paulo: Atheneu, 2009.

VASCONCELOS, E. Educação popular e atenção à saúde da família. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

HUMANIZAÇÃO ASSISTENCIAL

Marcos teórico-político. Princípios norteadores da política de humanização no Brasil. Estratégias gerais na atenção básica. Estratégias gerais na urgência e emergência. Estratégias gerais na atenção especializada. Estratégias gerais na atenção hospitalar.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? Interface – Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 389-394, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha da PNH: acolhimento com classificação de risco. Brasília, Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização (PNH): HumanizaSUS - Documento-Base. 3. ed. Brasília, 2006.

ENFERMAGEM

Ética e legislações relacionadas ao conselho de enfermagem. Tratamento e prevenção de lesões. Segurança do paciente. Legislações relacionadas à terapia intensiva. Requisitos mínimos de funcionamento de terapia intensiva. Práticas de enfermagem. Cuidados de pacientes críticos. Monitoramento de pacientes Críticos. Papel da enfermagem em pacientes gravemente enfermos. Práticas de enfermagem baseadas em evidências. Prevenção de infecções em pacientes críticos. Tratamentos, diagnóstico e prevenção de Sepsis. Gestão na Saúde. Protocolos e condutas em terapia intensiva.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Ministério da Saúde. Protocolo Prevenção de Quedas, 2013. Disponível em:

<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Mai/06/protocolos_CP_n6_2013.pdf>.

BAIRD, M. S. Manual de enfermagem no cuidado crítico. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BORGES, E. L. Feridas: como tratar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BORGES, E. L. Feridas: úlceras dos membros inferiores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BORGES, E. L. Manual para Prevenção de lesões pele. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Segurança do Paciente: Programa Nacional de Segurança do Paciente para o monitoramento e prevenção de danos na assistência à saúde. 1 de abril 2013. Disponível em:

<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Abr/01/PPT_COLETIVA_SEGURANCA_PACIENTE_FINAL.pdf>.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO – RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL 2018

- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 fev. 2010. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3231546/RDC_07_2010_COMP.pdf/02825e21-aa2b-41bb-b1cd-fc6ce6c3b0a7>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 11 de maio de 2012. Altera a Resolução RDC nº. 07, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 12 maio 2012. Disponível em: <http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0026_11_05_2012.html>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 jul. 2013. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2871504/RDC_36_2013_COMP.pdf/36d809a4-e5ed-4835-a375-3b3e93d74d5e>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 137, de 08 de fevereiro de 2017. Altera a Resolução RDC nº. 07, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 09 fev. 2017. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3219514/RDC_137_2017_.pdf/f1b5c939-4c63-4958-9220-08dbcabb4cf>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf>.
- BRASIL. Ministério da Saúde: Controlando Infecção. Sobrevivendo a Sepse. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <<http://www.ilasonlinems.org.br/ilasonlinems/PDF/1.%20Manual%20-%20Sepse.pdf>>.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. Legislação. Normas regulamentadoras. NR-32: Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR32.pdf>>.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Guia de Recomendações para os registros de enfermagem no prontuário do paciente. Brasília: COFEN, 2016. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Guia-de-Recomenda%C3%A7%C3%B5es-CTLN-Vers%C3%A3o-Web.pdf>>.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução do COFEN nº 311/2007. Brasília: COFEN, 2007. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>.
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPIRITO SANTO – COREN-ES. Legislação dos Profissionais de Enfermagem. Livro de Bolso para o Profissional de Enfermagem. Vitória: COREN, 2013. Disponível em: <<http://www.coren-es.org.br/wp-content/uploads/2013/04/livrodebolso2014.pdf>>.
- COUTO, R. C. *et al.* RATTON: Emergências Médicas e Terapia Intensiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE SEPSE – ILAS. Conselho Federal de Medicina. Sepse: um problema de saúde pública. 2016. Disponível em: <<http://www.ilas.org.br/assets/arquivos/ferramentas/livro-sepse-um-problema-de-saude-publica-cfm-ilas.pdf>>.
- JEVON, P. Monitoramento do Paciente Crítico. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- KNOBEL, E. Terapia Intensiva Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2009.
- OLIVEIRA, A. R. de *et al.* Manual de Residência de medicina intensiva. 3. ed. Revisada e Ampliada. Barueri: Manole, 2012.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO – RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL 2018

- PORTER, M. E.; TEISBERG, E. O. Repensando a Saúde: estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos. Porto Alegre: Bookman; 2007.
- POTTER, P. A; PERRY, A. G. Tradução de Renata S. de Oliveira *et al.* Guia Completo de Procedimentos e Competências de Enfermagem. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SPRINGHOUSE. Tradução de Regina Machado Garcez. As Melhores Práticas em Enfermagem. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- VIANA, R. P. P. Enfermagem em terapia intensiva. Práticas Baseadas em Evidências. São Paulo: Atheneu, 2011.

FARMÁCIA

Boas práticas em Terapia Antineoplásica. Código de ética da profissão farmacêutica. Diretrizes e estratégias para a farmácia hospitalar. Assistência Farmacêutica em Unidades de Terapia Intensiva. Segurança do Paciente e sua relação com os processos da cadeia de assistência farmacêutica. Erros de Medicação. Farmacocinética Clínica. Interações medicamentosas. O papel do farmacêutico nas comissões multidisciplinares. Farmácia clínica e cuidados farmacêuticos. Farmacovigilância. Atribuições do Farmacêutico Clínico. Medicamentos potencialmente perigosos em hospitais. Controle de infecção hospitalar. Comissões multidisciplinares. Farmacoterapia do paciente com problemas renais e do paciente com problemas hepáticos. Atenção à prescrição médica e Cálculos Farmacêuticos.

REFERÊNCIAS

- BISSON, M. P.; CAPUCHO, H. C.; CARVALHO, F. D. Farmacêutico Hospitalar: conhecimentos, habilidades e atitudes. Barueri: Manole, 2014.
- BORGES FILHO, W. M. B.; FERRACINI, F. T. Farmácia Clínica: segurança na prática hospitalar. 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 220, 21 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica. Disponível em:
<<https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/resolucao-rdc-n-220-de-21-de-setembro-de-2004>>.
- BRASIL. Portaria nº 4.283, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 fev. 2010. Disponível em:
<http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3231546/RDC_07_2010_COMP.pdf/02825e21-aa2b-41bb-b1cd-fc6ce6c3b0a7>.
- BRASIL. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. Aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente. ANEXO 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2095_24_09_2013.html>.
- BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 585 de 29 de agosto de 2013. Ementa: Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>>.
- BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. Ementa: Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em:
<<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>>.
- FERRACINI, F. T.; BORGES FILHO, W. M. B.; ALMEIDA, S. M. Atenção à prescrição médica. São Paulo: Atheneu, 2014.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO – RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL 2018

SANTOS, L.; TORRIANI, M. S.; BARROS, E. Medicamentos na Prática da Farmácia Clínica. 2013.
STORPIRTIS, S.; MORI, A. L. P. M.; YOCHIY, A.; RIBEIRO, E.; PORTA, V. Ciências Farmacêuticas.
Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FISIOTERAPIA

Anatomia Funcional e palpatória. Semiologia. Fisiologia e Fisiopatologia: respiratória, cardiovascular, neurofisiologia, fisiologia articular e do envelhecimento. Cinesioterapia. Recursos terapêuticos, nos âmbitos Hospitalar, ambulatorial e terapia intensiva. Suporte básico de vida. Avaliação e conduta fisioterapêutica nas diversas patologias (métodos e técnicas): pulmonares, cardiovasculares, reumatológicas, geriátricas, traumato-ortopédicas, neurológicas, pediátricas, dermatológicas, ginecológica e obstetrícia. Fisioterapia em Pré e Pós-operatórios de cirurgias torácicas, cardíacas, neurológicas, abdominais e ortopédicas. Fisioterapia preventiva. Assistência fisioterapêutica nas doenças infecto contagiosas. Oxigenioterapia. Farmacologia aplicada. Interpretação de exames complementares. Prótese e órtese. Doenças osteo- musculares relacionadas ao trabalho. Indicação e tipos de auxílio à locomoção. Atenção do pé diabético. Provas de função muscular. Ética e deontologia profissional. Norma operacional do SUS. Políticas públicas de saúde. Humanização. Segurança do paciente. Política Nacional de Atenção Oncológica. Epidemiologia. Instrumentos de avaliação física e cinesiofuncional em oncologia. Promoção, Prevenção e tratamento das complicações da terapêutica oncológica. Recursos fisioterapêuticos utilizados em oncologia. Cuidados paliativos em oncologia. Adaptação e monitoramento de órteses e próteses. Humanização, Ética e bioética.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial da União. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990 e atualizações.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do paciente e qualidade nos serviços de saúde, 2013.
- CAMARGO, M.; MARX, A. Reabilitação física no câncer de mama. São Paulo: Roca, 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL – CONFFLITO. Resolução nº 377, de 11 de junho de 2010. Dispõe sobre as normas e procedimentos para o registro de títulos de especialidade profissional em Fisioterapia e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: <<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3140>>.
- CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL – CONFFLITO. Resolução nº 381, de 3 de novembro de 2010. Dispõe sobre a elaboração e emissão pelo Fisioterapeuta de atestados, pareceres e laudos periciais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 nov. 2010. Disponível em: <<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3140>>.
- CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL – CONFFLITO. Resolução nº 424, de 8 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 1º ago. 2013. Disponível em: <http://www.coffito.org.br/publicacoes/pub_view.asp?cod=2451&psecao=9>.
- CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL – CONFFLITO. Resolução nº 428, de 8 de julho de 2013. Fixa e estabelece o Referencial Nacional de Procedimentos Fisioterapêuticos e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 31 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3190>>.
- DELISA, J. A. Tratado de Medicina de Reabilitação. São Paulo: Manole, 2002.
- DORETTO, D. Fisiopatologia Clínica do Sistema Nervoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.
- GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- HERPETZ, U. Edema e drenagem linfática (diagnóstico e terapia do edema). 4. ed. São Paulo: Roca, 2013.
- HOFF, P. M. G. (Ed.). Tratado de Oncologia. São Paulo: Atheneu, 2013.
- HOPPENFELD, S. Propedêutica ortopédica: coluna e extremidades. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER – INCA. Incidência de câncer no Brasil: Estimativa 2014. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br>>.
- KAPANDJI, I. A. Fisiologia articular. São Paulo: Manole, 1990.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO – RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL 2018

- KENDALL, F. P.; MC CREARY, E. K.; PROVANCE, P. G. *Músculos: provas e funções*. 4. ed. São Paulo: Manole, 1995.
- KISNER, C.; COLBY, L. A. *Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas*. 6. ed. São Paulo: Manole, 2015.
- KLIEGMAN, R.; JENSON, H. B.; BEHRMAN, R. E. N. *Câncer de cabeça e pescoço: diagnóstico e tratamento*. São Paulo: Âmbito, 2007.
- LIMA, R. A. *et al.* *Atualização em câncer gástrico*. São Paulo: Tesmedd, 2005.
- LOPES, A.; CHAMMAS, R.; IYEYASU, H. *Oncologia para graduação*. 3. ed. São Paulo: Lemar, 2013.
- LORENZI, T. F. *Manual de hematologia: propedêutica e clínica*. São Paulo: Medsi, 2003.
- LOW, J.; REED, A. *Eletroterapia explicada: princípios e prática*. São Paulo: Manole, 2001.
- MAIA, A. M.; IGLESIAS, A. C. *Complicações em cirurgia, prevenção e tratamento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- MARQUES, P.; SILVA, A. *Tratado de fisioterapia em saúde da mulher*. São Paulo: Roca, 2011.
- NOVAES, E. *et al.* *Diretrizes para assistência interdisciplinar em Câncer de Mama*. Rio de Janeiro: Revinter, 2013.
- Outras bibliografias que abrangem o programa proposto.
- PICKLES, C. C., SIMPSON, VANDERVORT. *Fisioterapia na terceira idade*. 2. ed. São Paulo: Santos, 2000.
- PIMENTA, C. A. M.; MOTA, D. D. C. F.; LOPES, D. A. *Dor e cuidados paliativos oncológicos: enfermagem, medicina e psicologia*. São Paulo: Manole, 2005.
- ROSSI, B. M.; NAKAGAWA, W. T.; FERREIRA, F. O. *Câncer de cólon, reto e ânus*. São Paulo: Tecmed, 2004.
- ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. *Epidemiologia e saúde*. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.
- SCANLAN, C. L.; WILKINS, R. L.; STOLLER, J. K. *Fundamentos da terapia respiratória*. São Paulo: Manole, 2001.
- SARMENTO, G. J. V. (Ed). *Fisioterapia respiratória de A a Z*. São Paulo: Manole, 2016.
- SHEPHERD, R. *Dor em pediatria*. São Paulo: Guanabara Koogan, 2006.
- SILVEIRA, L. A. *Câncer ginecológico, diagnóstico e tratamento*. Florianópolis: Editora UFSC, 2005.
- SPENCE, A. P. *Anatomia humana básica*. 2. ed. São Paulo: Manole, 1991.
- SULLIVAN, S. B. *Fisioterapia, avaliação e tratamento*. 5. ed. São Paulo: Manole, 2010.
- TARANTINO A. B. *Doenças pulmonares*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- THOMAZ, J. B.; BELCZAK, C. E. *Tratado de flebologia e linfologia*. Rio de Janeiro: Rubio, 2005.
- VERONESI, U. *Mastologia oncológica*. Rio de Janeiro: Medsi, 2002.
- XAVIER, D. S. *Fisioterapia oncofuncional para a graduação: o papel do fisioterapeuta no tratamento do câncer*. Manaus: 2011.
- YOSHINARI, N. H.; BONFÁ, E. S. D. O. *Reumatologia para o Clínico*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2011.

NUTRIÇÃO

Triagem e avaliação nutricional. Indicadores antropométricos, dietéticos e laboratoriais nas diferentes faixas etárias. Ingestão, digestão, absorção, excreção, metabolismo e fontes alimentares dos nutrientes. Necessidades e recomendações de nutrientes e energia nas diferentes faixas etárias. Terapia nutricional na Unidade de Terapia Intensiva. Terapia nutricional enteral e parenteral: indicação, seleção de fórmulas, vias de acesso, complicações, monitorização clínica e laboratorial. Aspectos fisiopatológicos e terapia nutricional nas doenças gastrointestinais, pulmonares, neurológicas, cardiovasculares e renais. Aspectos fisiopatológicos e terapia nutricional no diabetes mellitus, obesidade e câncer. Paciente crítico (sepse e trauma): Alterações metabólicas e fisiológicas; Terapia nutricional. Desnutrição: Consequências e cuidado nutricional. Nutrição no pré e pós-operatório.

REFERÊNCIAS

- COZZOLINO, S. M. F.; COMINETTI, C. *Bases bioquímicas e fisiológicas da nutrição: nas diferentes fases da vida, na saúde e na doença*. Barueri: Manole, 2013.
- CUPPARI, L. *Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto*. 3. ed. São Paulo: Manole, 2014.
- DUARTE, A. C. G. *Avaliação nutricional: aspectos clínicos e laboratoriais*. São Paulo: Atheneu, 2007.
- ISOSAKI, M.; CARDOSO, E. *Manual de dietoterapia e avaliação nutricional*. São Paulo: Atheneu, 2004.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO – RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL 2018

- LIMA, L. C.; REIS, N. T. Interpretação de exames laboratoriais aplicados à nutrição clínica. Rio de Janeiro: Rubio, 2012.
- MAHAN, L. K; ESCOTT-STUMP, S. K. Alimentos, nutrição e dietoterapia. 13. ed. São Paulo: Roca, 2013.
- NETO, F. T. Nutrição clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- Projeto Diretrizes de Terapia Nutricional da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina.
Disponível em: <http://www.projetodiretrizes.org.br/novas_diretrizes.php>.
- SHILS, M. E.; OLSON, J. A.; SHIKE, M.; ROSS, A. C. Tratado de nutrição moderna na saúde e na doença. 9. ed. São Paulo: Manole, 2003.
- TOLEDO, D.; CASTRO, M. Terapia nutricional em UTI. Rio de Janeiro: Rubio. 2015.
- VITTOLO, M. R. Nutrição da Gestaçao ao Envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Rubio. 2014.
- WAITZBERG, D. L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 4. ed. Rio de Janeiro: Atheneu. 2009.

PSICOLOGIA

Atuação do Psicólogo no CTI adulto e pediátrico. Equipe interdisciplinar no CTI. Humanização em Medicina Intensiva. Psicologia e Cuidados paliativos. Aspectos psicológicos do paciente em estado grave. O familiar do paciente hospitalizado/CTI. Psicologia Hospitalar. Psicologia da Saúde. Morte.

REFERÊNCIAS

- FISCHER, N. Gu. Os conceitos fundamentais da psicologia da saúde. Instituto Piaget, 2010.
- ISMAEL, S. M. C. A pratica psicológica e sua interface com as doenças. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- KNOBEL, E. Psicologia e humanização: assistência aos pacientes graves. São Paulo: Atheneu, 2008.
- KOVACS, M. J. Morte e desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora, 2010.
- PESSINI, L.; BERTACHINI, Luciana (Org.). Humanização e cuidados paliativos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- RIBEIRO, A. L. A.; GAGLIANE, M. Psicologia e cardiologia: um desafio que deu certo. São Paulo: Atheneu, 2010.
- ROMANO, B. W. Manual de psicologia hospitalar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- SANTOS, F. S. Cuidados paliativos: discutindo a vida, a morte e o morrer. São Paulo: Atheneu, 2009.
- SOUZA, R. P. (Org.). Manual: rotinas de humanização em medicina intensiva. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
- STRAUB, R. O. Psicologia da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SERVIÇO SOCIAL

Ética profissional. Atuação profissional contemporânea. Política de saúde. SUS. Atuação do assistente social na política de saúde. A residência enquanto formação profissional. Atuação do assistente social em ambiente hospitalar. Direitos das crianças, adolescentes e idosos. Conhecimento e atuação do Programa Saúde da Família. Estratégia Saúde da Família. Conhecimento e atuação na política de saúde mental. Intersetorialidade e interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. O SUS de A a Z: Garantindo saúde nos municípios. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Portaria MS nº 874, de 16 de maio de 2013. Institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- CASTRO E CASTRO, M. M. Formação em Saúde e Serviço Social: as residências em questão. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 349 - 360, jul./dez. 2013.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO – RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL 2018

- CHUPEL, C. P.; MITO, R. C. Acolhimento e serviço social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde. Revista Serviço Social & Saúde, Campinas, v. 9, n. 10, dez. 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994 e nº 293/1994.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde. Brasília: CFESS, 2010.
- LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 233-251, jul./dez. 2007.
- MARTINELLI, M. L. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 497-508, jul./set. 2011.
- MATOS, M. de C. Serviço Social ética e saúde: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2014.
- VASCONCELOS, E. M. *et al.* (Orgs.) Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2007.
- VOLPATO, F. S., SANTOS, G. R. S. Pacientes oncológicos: um olhar sobre as dificuldades vivenciadas pelos familiares cuidadores. Imaginário, v. 13, n. 14, p. 511-544, 2007.